

É oportuna a realização do Seminário de comemoração dos 25 anos de Alma-Ata no atual contexto brasileiro - um novo governo frente às expectativas sociais que clamam pela definição de políticas sociais abrangentes e equânimes, num contexto maior de discussão em todo o mundo sobre os desafios colocados no início do novo milênio.

No ano 2000, os chefes de Estado e de Governo do mundo fizeram aprovar a Declaração do Milênio, onde expressaram sua determinação no estabelecimento de uma paz justa e duradoura no mundo, em apoiar todos os esforços que visam fazer respeitar a igualdade e soberania de todos os Estados, em respeitar sua integridade territorial e independência política, resolver os conflitos por meios pacíficos e em consonância com os princípios de justiça e do direito internacional, no direito à autodeterminação dos povos que permanecem sob domínio colonial e ocupação estrangeira; na não ingerência nos assuntos internos dos Estados; no respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; no respeito pela igualdade de direitos de todos, sem distinções por motivo de raça, sexo, língua ou religião; e na cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário.

São estabelecidas, na Declaração, oito metas de desenvolvimento que requerem intervenção direta ou complementar do setor saúde: (I) erradicação da pobreza e da fome; (II) universalização do acesso à educação primária; (III) promoção da igualdade entre os gêneros; (IV) redução da mortalidade infantil; (V) melhoria da saúde materna; (VI) combate à aids, malária e outras doenças; (VII) promoção da sustentabilidade ambiental; e (VIII) estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento.

A renovação dos compromissos e a atualização da agenda baseada em Alma-Ata em busca do cumprimento das Metas do Milênio estão agora à nossa frente. O que significa o estabelecimento de políticas setoriais saudáveis e de políticas intersetoriais que se potencializem para a elevação da qualidade de vida das populações. As políticas de saúde devem ser parte integrante e estarem profundamente articuladas com as políticas de erradicação da miséria, combate à pobreza e de redução das desigualdades. É preciso estabelecer um desenvolvimento sustentável integrador e distributivo com justiça social. A promoção da saúde deve ocupar lugar central na agenda sanitária. A paz e a solidariedade internacional constituem a chave do êxito para uma política de desenvolvimento sustentável e, principalmente, de maior justiça social.



Ministério
da Saúde



Relatório



SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE
CUIDADOS BÁSICOS DE SAÚDE

25 Anos da Declaração
de Alma-Ata

Saúde, Direito Humano e Direito Social Fundamentais

Os Cuidados Primários de Saúde após 25 anos da Conferência Internacional de Alma-Ata.

Nos dois dias que precederam à 12ª Conferência Nacional de Saúde realizou-se o Seminário Internacional sobre Cuidados Básicos de Saúde - 25 Anos de Alma-Ata, numa celebração dos princípios enunciados na Conferência de 1978. O Seminário reuniu importantes personagens que participaram da Conferência de Alma-Ata e também novas lideranças políticas, acadêmicas e civis, do mundo e do Brasil, numa renovação do debate em prol da implementação da "Saúde para todos" com o reconhecimento das experiências desenvolvidas nos últimos 25 anos e reflexões sobre todo o processo.

O Seminário desenvolveu-se a partir de quatro eixos básicos que nortearam a Declaração de Alma-Ata: 1) a estruturação dos sistemas de saúde através da organização dos cuidados primários; 2) os cuidados primários, o sistema nacional de saúde e a construção da equidade em saúde; 3) o direito à saúde e o controle social; e 4) ação intersectorial e participação cidadã.

Sobre a estruturação dos sistemas de saúde através da organização dos cuidados primários retomou-se a definição de Alma-Ata, referendada pela Assembléia Mundial de Saúde de 1979, ainda plena de atualidade, "os cuidados primários da saúde são cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país podem manter em cada fase de seu desenvolvimento".

Com essa definição a Assembléia Mundial de Saúde considerou a saúde não como um fim, mas como um meio para atingir o pleno desenvolvimento humano, não devendo ser determinada por interesses econômicos e de consumo imediatos, obrigando governos e profissionais de saúde a reverem o uso desenfreado de tecnologias sem uma avaliação precisa de seus benefícios para a saúde, num desperdício de material e desperdício humano.

Nessa definição, garantir o pleno direito à saúde significa a adoção de uma visão holística dos problemas existentes, no reconhecimento de um complexo de variáveis que se inter-relacionam e exigem o desenvolvimento de ações que extrapolem o setor saúde e que permitam o efetivo e contínuo bem-estar social, físico, mental e espiritual, em contraposição a um descontínuo de doenças.

Contudo, o reconhecimento de que a saúde é condicionada por um conjunto de variáveis que extrapolam a intervenção setorial estrita não significa dizer que a estratégia da atenção primária à saúde restrinja-se à promoção de ambientes e condições de vida saudáveis e prevenção das doenças, na definição de políticas sob a perspectiva social abrangente, mas também a garantia do acesso aos serviços de saúde relevantes, de qualidade e resolubilidade em todos os níveis de atenção.



O debate reforçou a importância da atenção primária como uma política estruturante dos sistemas de saúde, capaz de articular um conjunto de políticas essenciais à saúde e se aproximar das realidades locais, numa compreensão mais precisa de suas necessidades.

O principal esforço dessa política deve passar pela qualificação do acesso aos serviços de saúde, com a garantia na implantação daqueles que sejam capazes de responder às necessidades da comunidade, com a preocupação de desenvolver e aplicar as tecnologias apropriadas.

Quanto ao direito à saúde e o papel do controle social, ressaltou-se a importância das comunidades assumirem maior responsabilidade na definição de suas necessidades e contribuírem na identificação de soluções, mobilizando recursos e desenvolvendo organizações locais, exercendo tanto o papel de formular propostas para o debate político como no controle efetivo das ações a serem implementadas.

Finalmente, a ação intersectorial e a participação cidadã reintroduzem no debate contemporâneo uma discussão ampliada sobre proteção social e desenvolvimento sustentável. Por um lado, pela necessidade do comprometimento dos governos na construção de políticas públicas articuladas e engajadas na questão da saúde e no desenvolvimento humano, no combate à pobreza e às desigualdades. Por outro, pela reafirmação da "saúde para todos" e o chamamento de "todos pela saúde", na busca de uma responsabilização das sociedades e dos governos num pacto de solidariedade entre os povos e nações.

Os 25 anos da Declaração de Alma-Ata não foram suficientes para uma transformação da realidade de saúde e social nos países. Na prática, a adoção do conceito de cuidados primários de saúde sofre variações com as políticas de saúde adotadas e tem expressões distintas conforme o horizonte de possibilidades de cada realidade. No contexto de crise e ajuste estrutural dos países nos anos 80 e 90, apresentaram-se muitos obstáculos no efetivo desenvolvimento de políticas de proteção mais abrangentes, mantendo-se um fosso que separa ricos e pobres, países desenvolvidos e países em desenvolvimento. As melhoras nos indicadores de saúde mascararam muitas vezes situações de grande injustiça social nos países mais pobres.

No Brasil, avançamos bastante na construção de um arcabouço político-institucional para o desenvolvimento da reforma, desenvolvemos a prática do controle social por meio dos conselhos e das conferências de saúde e definimos uma política de expansão da atenção básica para grande parcela da população. O Brasil adotou e aperfeiçoou os princípios enunciados na Declaração de Alma-Ata, mas também ainda enfrenta desafios na efetiva implementação dos princípios da reforma, especialmente no que tange à garantia do acesso à saúde a toda a população no território nacional, a integralidade das ações e a resolutividade e qualidade do atendimento.

